

**JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX-XXXX.**

**PROCESSO Nº XXXXX**

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXX, nos termos do artigo 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, interpor recurso de

**APELAÇÃO**

em face da Sentença de ID XXXXXXXX, pelas razões a seguir expostas.

Requer que o presente recurso seja recebido e remetido ao C. Tribunal de Justiça do XXXXXXXX para a devida apreciação, independentemente de preparo, ante ao pedido de gratuidade de justiça deferido no ID XXXXXXXX.

Nestes termos pede deferimento.

.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor**  
**Público**

## **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXX**

PJE N° XXXXXXXXXXXXXXXX

APELANTE: XXXXXX

APELADOS:XXXXXXXXXX

Representado por seu Advogado constituído Dr. XXXXXXXX

### **RAZÕES DA APELAÇÃO**

Egrégio Tribunal,

Eméritos

Julgadores

#### **I - TEMPESTIVIDADE:**

O Apelante é assistido pela Defensoria Pública do XXXXXXXX que, por sua vez, goza das prerrogativas da remessa dos autos via expedição eletrônica e da contagem em dobro de todos os prazos.

No presente caso, houve determinação, pelo Juízo, de nova remessa dos autos à Defensoria Pública a fim de que fosse obedecido o prazo em dobro determinado legalmente (ID XXXXXX). Não obstante, embora ainda não haja a nova remessa, a Defensoria interpõe o presente recurso.

Logo, o presente recurso é tempestivo, na medida em que ainda se encontra dentro do prazo legal.

#### **II- DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA - PREPARO DISPENSÁVEL:**

O Apelante é patrocinado pela Defensoria Pública do XXXXXXXX, sendo hipossuficiente, conforme Decisão de ID XXXX que concedeu os benefícios da justiça gratuita.

Assim, é dispensável o preparo.

### **III - DO RESUMO DA LIDE:**

Trata-se de ação de reconhecimento de paternidade socioafetiva *post mortem*.

Em exordial os requerentes/apelante pugnam pelo reconhecimento da paternidade socioafetiva em desfavor do já falecido senhor FULANO DE TAL. A apelante manteve uma relação de parentesco parental com o “*de cujus*”, o qual é seu tio e de seus irmãos, embora haja criado como pai todos eles.

Ao longo da vida dos requerentes se criou uma relação parental com o “*de cujus*”, com convívio público e demonstração da posse de estado de filho além da vontade clara, chegando a assumir a guarda das crianças (ID XXXXXXXXXXXX).

Ambos os apelados contestaram (IDs XXXX e XXXXX) o pleito inicial para requerer a improcedência do reconhecimento por entenderem que não existia relação de parentesco parental.

Em réplica (ID XXXXXXXXXXX), a apelante e seus irmãos reiteraram os termos da inicial e acrescentaram que o “*de cujus*” considerava eles como filhos, e os tratava assim em público. Acostaram aos autos diversos retratos fotográficos dos requerentes/apelante em diversos momentos da vida (ID XXXXXXXXXXX e seguintes).

Audiência de instrução realizada, depoimentos das testemunhas e informante acostados aos autos em IDs XXXXXXXXXXXX e seguintes.

Alegações finais apresentadas.

A sentença de ID XXXXXXXX julgou improcedente o pedido inicial, nos seguintes termos:

Ademais, a cônjuge supérstite, em seu depoimento, destacou que os requerentes desistiram de frequentar a igreja e depois sumiram. Não voltaram mais depois que saíram de casa, bem como não sabe o local em que moram.

Desta feita, não há nos autos um conjunto probatório que demonstre que a relação do “de cujus” com os requerentes fosse uma relação além de tio e sobrinhos. Os requerentes não evidenciaram a existência de vínculo socioafetivo. Apenas demonstraram que tinham uma relação de respeito com o tio e este, por ter uma formação religiosa, agiu com humanidade.

Deste modo, a improcedência do pedido é medida correta. Posto isto, forte nas razões acima expendidas, resolvo o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos deduzidos na inicial.

Todavia, a sentença merece ser reformada, pelos motivos que passa a expor.

#### **IV- DOS FUNDAMENTOS PARA REFORMA DA SENTENÇA:**

Inicialmente cabe destacar que a presente sentença se baseou na palavra dos requeridos para se embasar. Ademais, ignorou por completo o conjunto probatório, principalmente o depoimento das testemunhas.

O art. 1.593 do Código Civil estabelece que “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.”. Desta feita, a presente demanda resulta de um acolhimento do “de cujus” aos seus sobrinhos, que acabara de perder o pai (irmão do “de cujus”) e sua

mãe passava por dificuldades para sustentá-los. Assim com o decorrer dos anos o “*de cujus*” começou a enxergar seus sobrinhos como se seus filhos fossem. Seguindo essa linha de pensamento o “*de*

*cujus*” exerceu o papel de pai e apresentava apelante e seus irmãos como filhos. Foi um reconhecimento público e notório.

Compulsando aos autos, verifica-se que em audiência de instrução o apelado fulano de tal informou que nunca houve uma boa relação com seus irmãos. Ocorre que o referido apelado estava narrando apenas uma desavença existente. Percebe-se, em verdade, que o interesse é afastar da partilha de bens seus irmãos.

É sabido que para reconhecimento da paternidade/maternidade socioafetiva é necessário que comprove a vontade clara do pai ou da mãe socioafetiva de reconhecer aquele filho como seu e posse de estado de filho, maneira como o filho era tratado, se a comunidade ou a família reconheciam a filiação. Desse modo, o feito está devidamente instruído com fotografias que demonstram que a apelante e seus irmãos nunca abandonaram seu pai, estando sempre presente.

O conjunto probatório constituído em audiência de instrução demonstrou que as testemunhas dos apelados não tinham sequer conhecimento dos fatos, e em momentos diversos se contradiziam, até mesmo se equivocaram. Apesar das incongruências trazidas ali, a sentença ainda se embasou em um depoimento visivelmente contraditório.

Como se não bastasse, a sentença ignorou as provas juntadas ao longo do feito, pois utilizou-se de uma noite de ano novo para afirmar que a apelante e seus irmãos não cultivavam afetos parentais pelo “*de cujus*”. Na própria audiência de instrução, a testemunha do apelado afirmou que a apelante e seus irmãos ajudavam nos cuidados com o pai. Afetos são demonstrados e não falados e a relação parental da apelante com o “*de cujus*” foi permeada de afeto.

O conjunto probatório, especialmente as provas documentais e testemunhais atestam o estado de filha da apelante.

Diante do exposto, faz-se necessária a reformada sentença para reconhecer a paternidade socioafetiva *post mortem* do “*de cujus*” com a apelante.

#### **V - DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, **requer seja conhecido e provido o recurso interposto a fim de reformar a sentença, reconhecendo-se a paternidade socioafetiva *post mortem* do “*de cujus*” com a apelante.**

Nestes termos pede  
deferimento.

**Fulan o de tal**  
**Defensor**  
**Público**